



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de medicamentos desertos de forma emergencial, objetivando atender a demanda da secretaria de saúde, conforme descritivo, quantidades, quantidade de pacientes que fazem uso, média mensal de consumo e quantidade do medicamento por caixa, conforme planilha abaixo:

ITEM	QTIDADE	UND	DESCRIÇÃO	QTIDADE PACIENTES FAZEM USO MÊS	MÉDIA MENSAL DE CONSUMO	QTIDADE POR CAIXA
1	288	FRASCO	BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS, FRASCO 20,00 ML CÓDIGO BR 269956		138 FRSC.	96 FRSC.
2	400	FRASCO	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA, 10 MG/ML, GOTAS, FRASCO 20 ML CÓDIGO BR 267281-1		104 FRSC.	200 FRASC.
3	120	BISNAGA	DICLOFENACO, COMPOSIÇÃO:SAL DIETILAMÔNIO, CONCENTRAÇÃO:10 MG/G, GEL, BISNAGA 60 G, CÓDIGO BR 271008		87 BISN.	60 BISN.
4	50	BISNAGA	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA, BISNAGA 30G CÓDIGO BR 269846		21 GISN.	50 BISN.
5	1800	COMP	PIROXICAM, 20 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 274036		935 COMP.	900 CP
6	100	FRASCO	RETINOL + COLECALCIFEROL 50.000 + 10.000 UI SOLUÇÃO ORAL 10 ML. CÓDIGO BR 399414		40 FRSC.	50 FRSC.
7	400	COMP.	LEVOMEPRIMAZINA, 25MG, COMPRIMIDO BR 268128	5	150 COMP.	200 CP
8	300	COMP.	METILFENIDATO CLORIDRATO, 10 MG, COMPRIMIDO CÓDIGO BR 272320	7	210 COMP.	30 CP

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do(a) publicação do contrato ou termo equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3. O município é conhecedor que em licitações com valores por item de até 80.000,00 a orientação é que se faça com exclusividade para Micro empresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) conforme leis 123/2006, 14.133/2021 e decreto municipal 103/2024.

1.4. Com relação a licitação exclusiva ME/EPP local e regional (micro região de Reserva do Iguaçu) acreditamos ser inviável, uma vez que conforme levantamento realizado em nosso município, a participação de empresas locais é 0% (zero por cento) e de empresas da nossa micro região foi de 10% (dez por cento) nos anos de 2021 e 2022, e de 0% (zero por cento) no ano de 2023.

1.5. Devemos também respeitar o princípio da ampla concorrência, objetivando sempre o maior número de participantes. Em razão disso, indicamos por entendermos ser a melhor opção, a licitação de forma exclusiva para ME/EPP com **benefícios para as empresas locais e regionais**, proporcionando assim a maior competitividade, sem deixar de dar preferência as empresas da nossa região. Vejamos o que diz a lei (123/2006):

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)](#) [\(Vide Lei nº 14.133, de 2021\)](#)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

(oitenta mil reais); [*\(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014\)*](#)

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O Termo de Referência aborda a necessidade de atender a população na distribuição de medicamentos de forma gratuita quando em consulta médica nas unidades de saúde do município de Reserva do Iguaçu.

2.2. Atualmente o município possui uma população de 6.553 habitantes, conforme o censo de 2022, que estão distribuídos relativamente 50% no interior e a outra metade no perímetro urbano. Também conta com 10 unidades de saúde distribuídas em todo território municipal, sendo 2 na sede, 1 na Vila Copel e o restante na zona rural, e para atender tal demanda, conta com uma equipe médica com 6 profissionais, sendo eles: 3 médicos clínico geral, 1 médico obstetra e 1 médico pediatra.

2.3. Ainda, que conforme portaria de nº 1.555, de 30 de julho de 2013, os municípios tem a obrigação de financiar e de executar o componente básico da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), onde cita que:

art. 3º - O financiamento do componente básico da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme normas estabelecidas nesta portaria.

2.4 A demais, o município já realizou processo licitatório para compra de medicamentos (Pregão Eletrônico 20/2024), porém houveram itens que ficaram desertos. Em seguida foi elaborado novo estudo técnico preliminar e termo de referência para nova licitação, no entanto o Tribunal de Contas do Paraná, em análise ao processo, identificou algumas inconsistências e recomendou ao município que realizasse sua adequação, o que ocasionou a suspensão da presente licitação (Pregão Eletrônico 45/2024). Neste meio tempo a farmácia municipal ficou com estoque reduzido ou em alguns casos, estoque zero para alguns medicamentos, trazendo prejuízos a população municipal.

2.4. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

A solicitação ora pretendida não consta em princípio no Plano de Contratação Anual, contudo, a Secretaria de Saúde entende se tratar de contratação imprescindível para resolução do problema e



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

continuidade dos trabalhos realizados no que diz respeito ao atendimento dos pacientes/usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), o que torna a execução do objeto previsto neste TR, de extrema importância para uma regular prestação de serviços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Pretende-se contratar o item descrito pelo menor preço, até o limite do preço unitário máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas nesse instrumento, objetivando a aquisição de medicamentos para pacientes/usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no município de Reserva do Iguaçu/PR e o melhor atendimento das demandas de toda a Rede Municipal de Saúde.

3.2. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº8. 078/1990.

3.3. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por item.

3.4. Para a prestação dos serviços/fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Obrigações da contratante:

- I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
- II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
- V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

4.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- VI - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
- VII - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VIII- Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IX – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

X - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

XI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

XII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

XIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

Sustentabilidade

4.3. Uso de materiais menos agressivos ao meio ambiente e economia e uso eficiente de energia, assegurar o descarte correto das embalagens do produto, com destino ecologicamente viável, sem agressão ao meio ambiente;

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Indicação de marcas ou modelos ou vedação: não se aplica;

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Todos os itens a serem adquiridos deverão possuir garantia de qualidade, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. prazo máximo de entrega é de 10 (dez) dias após emissão do empenho, por se tratar de aquisição de forma emergencial.



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.1.2. Validade dos medicamentos deverão ser de no mínimo 75 % (setenta e cinco por cento) da sua vida útil.

5.1.3. Apresentar a marca dos produtos;

5.2. Local da entrega do objeto:

5.2.1. Os medicamentos deverão ser entregues, no seguinte endereço – Av. Candido Ramalho, 649, centro, Reserva do Iguaçu-Pr.

5.2.2. O horário para entrega deverá ocorrer exclusivamente no horário de funcionamento da secretária de saúde, das 8 horas até as 17 horas, qualquer horário fora do estipulado não haverá recebimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pela fiscal de contrato Sr.(a) Daiane Tais Bueno de Freitas, (Portaria nº 14/2024).

6.6. O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do Art. 20º do Decreto Municipal nº 009, de 2024, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8. O fiscal comunicará o gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

6.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato ou instrumento equivalente será o **Junior Augusto de Souza** (Portaria nº 15//2024), que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 19º do Decreto Municipal nº 009, de 2024.

<https://www.reservadoiguacu.pr.gov.br>

Avenida 04 de Setembro nº 614, CEP: 85.195.000 - Fone: (42) 3651-8080

E-mail: sms@reservadoiguacu.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7. MEDIÇÃO, PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, de forma sumária, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação do termo de referência e apresentação da nota fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e contrato ou instrumento equivalente bem como conferência com a amostra apresentada.

7.1.1. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do órgão que constar na nota de empenho ou requisição de compra, devendo constar, em campo apropriado, a identificação da licitação, do instrumento contratual, requisição de compra ou nota de empenho, e os seus dados bancários.

7.1.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se estiver em desacordo com as especificações constantes no termo de referência ou normas regulamentadoras da atividade, devendo ser corrigido imediatamente, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 07 (trinta) dias, a contar do recebimento provisório, por comissão formada pelo fiscal e, no mínimo, 2 (dois) servidores efetivos, ou pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação.

Nota Fiscal

7.2. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do órgão que constar na nota de empenho ou requisição de compra.

7.3. Deverá constar, em campo apropriado da nota fiscal, os dados bancários para pagamento, a referência à licitação, ao contrato, à requisição de compra ou nota de empenho, assim como o percentual e valor da retenção do ISS e IRRF.

- a) Conforme IN RFB nº 2.145, de 2023, IN RFB nº 1234, de 2012 e Decreto Municipal nº 162, de 2023, as notas fiscais deverão observar as regras relativas ao destaque do Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF;
- b) Caso não haja campo específico na nota para o destaque do percentual e valor da retenção, as informações deverão constar no campo de "outras informações";
- c) Os casos de não incidência do IRRF deverão ser informados descartando-se a fundamentação legal no campo de "outras informações" da nota fiscal.

Liquidação

7.4. Recebido a nota fiscal em conformidade, o setor competente fará a liquidação.

7.5. Deverá constar, em campo apropriado da nota fiscal, os dados bancários para pagamento, e referência à licitação, ao instrumento contratual, à requisição de compra ou nota de empenho.



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Prazo de Pagamento

7.7. Os pagamentos entraram em ordem cronológica conforme previsões em regulamentos municipais e contado do recebimento definitivo.

7.8. No caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

Forma de Pagamento

7.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária do ISS previsto na legislação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de compra direta, na modalidade Dispensa de Licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por item

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, entre outros documentos que poderão ser exigidos no edital da licitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Contrato Social registrado na junta comercial ou documento equivalente capaz de comprovar a existência jurídica da pessoa.

Habilitação Técnica

8.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo a ser disponibilizado com o edital.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.5. A inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.6. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.7. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.8. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.9. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.10. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.11. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão anexar:

a) Declaração de que está enquadrada na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações

b) Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação.

c) Existindo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação na forma do art. 43, §1º da LC 123/2006. A falta de regularização dos documentos no prazo, implicará na decadência do direito à contratação, passível de aplicação das sanções previstas no §5º do art. 90, da Lei 14.133/21.

Qualificação econômico-financeira

8.12. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício do último exercício social, registrado no órgão competente.

a) As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.13. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14. Licença sanitária municipal ou estadual compatível com o objeto da licitação;

8.15. Autorização de Funcionamento (AFE), emitido pelo ministério da saúde (ANVISA).

8.16. Autorização Especial da Anvisa (AE).

8.17. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Farmácia (CRF).

8.18. Certificado de Registro de medicamento no Ministério da Saúde/Anvisa.

8.19. Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando de que a empresa tenha fornecido produtos similares ao desta licitação com qualidade e eficiência.



PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO IGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A disponibilidade de créditos orçamentários pelo qual ocorrerá a despesa será informado posteriormente pelo Setor de Contabilidade, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica que constarão na minuta do instrumento contratual.

Reserva do Iguaçu, 27 de setembro de 2024.

Jefferson Bevervanso Varnier
Secretário de Saúde